

JANAÍNA MUNIZ DA SILVA

EMPREEN *De sobreviventes a* DEDORAS

Como a criatividade e resistência negras traçaram uma "rota de fuga" à realidade de miséria e abandono do pós-abolição e inspiraram a transformação da "capital da informalidade" na cidade com o maior número de empresárias negras da América-Latina.



DE SOBREVIVENTES A EMPREENDEDORAS

Como a criatividade e resistência negras traçaram uma "rota de fuga" à realidade de miséria e abandono do pós-abolição e inspiraram a transformação da "capital da informalidade" na cidade com o maior número de empresárias negras da América-Latina

JANAÍNA MUNIZ DA SILVA

DE SOBREVIVENTES A EMPREENDEDORAS

Como a criatividade e resistência negras traçaram uma "rota de fuga" à realidade de miséria e abandono do pós-abolição e inspiraram a transformação da "capital da informalidade" na cidade com o maior número de empresárias negras da América-Latina

1ª Edição

Quipá Editora
2023

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial: Me . Adriano Monteiro de Oliveira, Quipá Editora / Dra. Francione Charapa Alves, Universidade Federal do Cariri / Dra. Maria Eneida Feitosa, Universidade Estadual do Cariri / Dra. Mônica Maria Siqueira Damasceno, Instituto Federal do Ceará, Juazeiro do Norte

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586d Silva, Janaína Muniz da
De sobreviventes s empreendedoras : como a criatividade e resistência negras traçaram uma "rota de fuga" à realidade de miséria e abandono do pós-abolição e inspiraram a transformação da "capital da informalidade" na cidade com o maior número de empresárias negras da América-Latina / Janaína Muniz da Siva. - Iguatu, CE: Quipá Editora, 2023.

61 p. : il.

ISBN 978-65-5376-276-3

DOI 10.36599/qped-978-65-5376-276-3

1. Mulheres negras. 2. Escravidão. 3. Empreendedorismo. I. Título.

CDD 331.117

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa – CRB-3/1409

Obra publicada em dezembro de 2023

Quipá Editora
www.quipaeditora.com.br
@quipaeditora

A todas as mulheres negras que me antecederam e cujos corpos, mesmo quando subjugados ao horror da escravidão ou abandonados à incerteza do “porvir”, jamais deixaram de resistir...

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, por Sua infinita sabedoria e pela aliança eterna que comigo firmou.

À minha família, pelo apoio incondicionado e parceria constante.

Aos mestres, pelo amor à História, que tanto tem me inspirado a enxergar além das linhas.

Aos irmãos, amigos, colegas e alunos, pelo incentivo, apoio, e por todo o significado que dão à minha existência.

À minha mãe, maior dentre todas, por ter me permitido, ao longo da vida, seguir suas pegadas...

PRÓLOGO

Desde os primórdios da exploração da mão-de-obra negra nas Américas, pelo colonizador europeu, as mulheres têm exercido um papel decisivo na resistência às mais variadas violações - e mantiveram constante o seu protagonismo na luta por melhores condições de vida, também no pós-abolição.

É neste difícil contexto que identificamos, de maneira decisiva, o avanço do trabalho informal nas grandes cidades brasileiras, que se outrora era desenvolvido em caráter eventual ou por um pequeno grupo de negros libertos e “escravos de ganho”, passaria, no final do século XIX, a se tornar o meio de vida do enorme contingente de homens e mulheres desempregados do país.

A profusão deste fenômeno, a atuação das mulheres negras neste segmento e a repercussão de suas práticas na economia de Salvador, cidade mais negra das Américas e considerada a “capital da informalidade”, é, portanto, o objeto central da presente obra, que tencionará promover uma análise sucinta, porém crítica, da convergência destes fatores e influência das ações de outrora no desenvolvimento do Empreendedorismo Feminino Negro no presente.

INTRODUÇÃO

“As pessoas fazem a História, mas raramente se dão conta de que estão fazendo”.

Christopher Lee.

A história da população negra no Brasil, iniciada no episódio da violenta diáspora, marcada pelo horror dos mais de 300 anos de escravidão e construída com o pranto e resistência de múltiplos povos que tiveram suas identidades extirpadas, constitui um grande mosaico onde a ambição, a disputa pelo poder, a perseguição, o ódio, o genocídio e a barbárie, dividem espaço com a luta, a criatividade, a beleza, a força - e por que não dizer, com a ESPERANÇA.

Carregando em suas mentes e corpos a história de milhares de homens e mulheres que violentamente foram retirados do seu “lugar” para serem submetidos ao jugo da escravidão no desconhecido, os filhos da “África Negra” que sobreviveram – resistindo(!) - às agruras da escravidão em solo “Guarani”, testemunhariam, em 1888 o fim oficial da escravidão negra no Brasil, a partir da assinatura da Lei Imperial 3.353, no emblemático 13 de maio.

Fruto da obstinada pressão inglesa - capitaneada por uma burguesia interessada em acabar com o comércio nefando, preocupada com o obstáculo que a escravidão poderia representar ao avanço do capitalismo -, a abolição não foi uma benevolência das autoridades nacionais, tampouco um ato heroico daquelas. Tão menos decorreu de um processo de amadurecimento ou sensibilidade da elite escravocrata para com a causa negra. Ao revés, sua concretização –que vem à reboque de uma história de luta, resistência, e muito derramamento de sangue - foi de encontro aos interesses da elite política e social de um país que se construiu pelos “braços” de homens e mulheres negras, e cujos setores se recusavam a admitir a concepção de um modelo de produção que não tivesse na base, a mão-de-obra escrava.

Como resultado deste difícil processo, a abolição brasileira, em que pese tenha sido a última a se concretizar no mundo ocidental, se deu sem que fosse assumido qualquer compromisso reparatório. Ao revés, isentou-se completamente o Estado da responsabilidade quanto ao destino dos povos sequestrados sob seu aval, que abandonados à própria sorte, deixavam de ser “propriedade” para se tornarem “coisa nenhuma” - já que a abolição, da maneira como se deu, não fez destes “alforriados”, sujeitos de direito (pelo menos, não no plano fático).

Sem riquezas, sem instrução, sem recursos. Sem parentela influente. Sem formação profissional. Os pretos libertos de 88 não reuniam os requisitos para serem admitidos em qualquer emprego formal. Mesmo nas profissões subalternizadas, nem sempre eram bem-vindos. Seus corpos desumanizados não teriam lugar nos balcões das lojas, nos corredores das confeitarias, na recepção das boutiques.

À exceção dos trabalhos braçais e tarefas degradantes, nem mesmo nas lavouras seriam acolhidos - já que o governo brasileiro havia se encarregado, muito antes, de viabilizar o ingresso de mão de obra europeia no país - atendendo aos caprichos da oligarquia agrária (que não admitia assalariar seus ex-escravos) - ao mesmo tempo em que corroborava com o projeto de “purificação racial” que finalmente aproximaria a nação brasileira do tão sonhado “padrão europeu”.¹

Alvos exclusivos do processo de marginalização iniciado no pós-abolição, ao enorme contingente de negros alforriados, desabrigados, desassistidos e descamisados, restaria, apenas, preparar os seus corpos para darem início a uma nova luta: não mais pela liberdade, mas agora, pela sobrevivência. É neste difícil contexto que identificamos, de maneira decisiva, a profusão do trabalho informal no Brasil, que se outrora era desenvolvido em caráter eventual ou por um pequeno grupo de negros libertos e “escravos de ganho”, passaria, no pós-

abolição, a se tornar o meio de vida do enorme contingente de homens e mulheres desempregados.

A profusão deste fenômeno, os contornos da atividade informal desenvolvida pelos ex-escravos no “pós 88” e a repercussão destas práticas na nossa economia são, portanto, o objeto central do presente estudo.

Nele tencionaremos, de maneira mais específica, promover uma análise sucinta, porém crítica, dos modos de vida desenvolvidos, especialmente, por mulheres negras residentes especialmente, por mulheres negras residentes no município de Salvador - cidade mais negra das Américas, e hoje considerada a capital do trabalho informal² - para, a partir disto, promover uma releitura do fenômeno da informalidade a contemplar a relação entre as iniciativas dos ex-escravos no pós-abolição com as atividades informais do presente, bem como analisar a construção de uma nova reação a estas condicionantes: a atuação empreendedora de mulheres que, embora no presente sigam alijadas do mercado formal tal qual aquelas que as antecederam -, vêm se manifestando refratárias à subutilização de suas forças de trabalho, à subvalorização de suas

¹ O trecho faz referência às “teses eugenistas” que se fortaleciam no Brasil no início do século XX, defendendo a superioridade do padrão genético europeu. Um de seus percussores foi o médico João Baptista de Lacerda, que apresentou sua teoria a respeito no Congresso Universal de raças, em Londres, no ano de 2011. Informações em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n3/a08v7n3.pdf>

competências, e passam a assumir o protagonismo de seus negócios, gerando riqueza para os seus, e trazendo, com isso, inovação ao mercado, influenciando a formação de um novo segmento de empresários e, principalmente, o reconhecimento de um “novo” mercado consumidor.

Para isso, levantaremos relatos e documentos que se pretendam históricos sobre o período pesquisado – como fontes primárias e secundárias de pesquisa. Examinaremos relatos deixados por cronistas, viajantes e missionários, além de artigos científicos que tratam sobre o tema - a partir dos quais buscaremos identificar as práticas desenvolvidas por mulheres negras - sujeitos da nossa pesquisa - que remetam à geração de riquezas por meios autônomos. E por fim analisaremos estes históricos confrontando-os com os dados relativos à informalidade e às práticas empreendedoras desenvolvidas na capital baiana nos últimos 20 anos.

Numa pesquisa que combinará as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental (na revisão de literatura e levantamento dos dados), e aplicará o método dedutivo (na catalogação das informações, descrição das variáveis, e análise dos resultados encontrados), propomos a análise destes fenômenos a partir de um recorte racial e de gênero, a fim delimitarmos o perfil étnico das mulheres que se lançavam

na atividade informal no final do século XIX e início do século XX, bem como os seus principais ramos de atuação. O que também faremos na análise dos dados atuais.

Servirão de fonte de pesquisa, dentre outros, além de artigos e obras dos autores que debatem a temática - identificados como referenciais teóricos do presente trabalho -, as informações coletadas nas plataformas públicas do SEBRAE, IBGE e IHGB e IPEA, que nos ajudarão a traçar um panorama importante sobre o avanço e o perfil do empreendedorismo brasileiro.

Servirão de fonte de pesquisa, dentre outros, além de artigos e obras dos autores que debatem a temática - identificados como referenciais teóricos do presente trabalho -, as informações coletadas nas plataformas públicas do SEBRAE, IBGE e IHGB e IPEA, que nos ajudarão a traçar um panorama importante sobre o avanço e o perfil do empreendedorismo brasileiro.

Concluídos os levantamentos e articulados os dados, esperamos reunir os elementos necessários ao desenvolvimento de uma análise crítica da correlação destes fenômenos, e assim contribuir para ampliação do debate em torno do reconhecimento

² Pesquisa divulgada pelo IBGE aponta que Salvador ocupa o topo do ranking dos trabalhadores informais no Brasil. Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/17508-informalidade-aumenta-e-continua-a-reduzir-o-desemprego>

do papel decisivo das mulheres negras da diáspora e de suas sucessoras para a modelagem e desenvolvimento da economia soteropolitana, a despeito das mazelas e dos profundos contrastes do seu tempo.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

PRÓLOGO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

16

14 DE MAIO DE 1888: DA EUFORIA DA
ABOLIÇÃO À REALIDADE
DO ABANDONO

CAPÍTULO 2

26

DA SENZALA AO “TACHO”, DO “TACHO”
ÀS RUAS: O PROTAGONISMO DAS
MULHERES NEGRAS NO
ENFRENTAMENTO DA MISÉRIA NA
CIDADE DO SALVADOR NO FINAL DO
SÉCULO XIX

CAPÍTULO 3

38

SÉCULO XX: O ACIRRAMENTO DAS
DIFICULDADES DE INSERÇÃO DE
MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE
TRABALHO E O AVANÇO DA ATUAÇÃO
FEMININA NEGRA NO MERCADO
INFORMAL: A PROFUSÃO DE NOVOS
“FAZERES” E A CONSTRUÇÃO DE UMA
“ROTA ALTERNATIVA” ANTE A AUSÊNCIA
DE OPORTUNIDADES

CAPÍTULO 4

45

DE “QUITUTEIRA” à “CHEF”; DE “SACOLEIRA” A “EMPRESÁRIA”. AS TRANSFORMAÇÕES DO SÉCULO XXI E O SOERGIMENTO DE UM NOVO(?) SUJEITO NA CENA SOCIAL: A MULHER NEGRA EMPREENDEDORA. Do reconhecimento das intersecções entre passado e presente a uma necessária resignificação do papel da mulher negra na economia soteropolitana

CAPÍTULO 5

53

CONCLUSÃO: a vitória da resistência sobre a invisibilidade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

57

SOBRE A AUTORA

61

CAPÍTULO 1

14 DE MAIO DE 1888: DA EUFORIA DA ABOLIÇÃO À REALIDADE DO ABANDONO

A abolição da escravidão negra (em vigor no Brasil desde os primórdios da ocupação do nosso território pelos Portugueses), se deu em um contexto de forte disputa de interesses entre uma elite escravocrata que não se conformava em perder os privilégios do escravismo; um segmento liberal, apoiado pelo Governo Inglês, que via no fim da escravidão a possibilidade de avanço do capitalismo; e uma enorme massa de escravizados, apoiados por segmentos abolicionistas que vinham denunciando os atrasos que a manutenção do modelo de produção escravista representava para a economia e construção identitária do nosso país.

O caminho, contudo, não foi pacífico. A indiferença das classes política, jurídica, acadêmica e clerical ao horrendo tráfico de pessoas e sujeição das mesmas às ogivas do trabalho forçado era notória. E foi fator preponderante para que este modelo subsistisse durante mais de 350 anos. As ofensivas contra os segmentos abolicionistas, igualmente, eram implacáveis, de modo a somente na segunda metade do século XIX lográmos discutir, efetivamente, a questão da abolição no

parlamento.

Neste contexto de difícil penetração, quando da propositura definitiva do projeto que aboliria a escravidão no Brasil, as tentativas de adiar o debate e procrastinar a votação da lei foram constantes. E os que nela não podiam abertamente se opor, sustentavam que tal libertação, àquele tempo, seria prematura. Conforme pontuado por Cristóvão Buarque em “Dez dias de Maio” (2008), defendiam que “a economia e a sociedade precisavam de tempo” para amadurecer a questão da abolição (p.15).

Outros, com melhor retórica, já se apoiavam no argumento da “legalidade”, vez que proprietários de escravos seriam expropriados de seus “bens” com a aquiescência do Estado – argumento que, sabemos, revela um evidente anacronismo, se considerarmos que nunca existiu lei que legalizasse a escravidão no Brasil, muito embora se fizesse necessário uma lei para aboli-la.

No entanto, mesmo confrontados por um tendencioso “movimento” de defesa de “direitos adquiridos” e uma duvidosa “preocupação” deste com os “inconvenientes futuros da abolição”, numa disputa que tentava posicionar o “direito humano” da população escravizada subalterno ao “direito do fazendeiro” de não experimentar os “prejuízos” que a abolição guerreada poderia trazer, o projeto de autoria de Rodrigo

Augusto da Silva, submetido ao Parlamento em 08 de maio de 1988 foi aprovado e finalmente sancionado pela princesa regente do Brasil, Isabel Bragança, no dia 13 de maio daquele ano.

Com a aprovação da lei e a imaginada “superação” do problema da escravidão, a realidade que se impunha no “dia seguinte”, por sua vez, restava sem solução política.

Muito embora presente no tendencioso discurso dos que defendiam a manutenção do regime escravista, nunca houve uma preocupação genuína da classe política com o destino dos cerca de 720.000 (setecentos e vinte mil)³ ex-escravos que sairiam das fazendas e engenhos sem rumo. Portanto, nenhum projeto foi pensado para garantir a proteção social daqueles.

Ao revés, se ocuparia a corrente vencida do parlamento de providenciar uma rápida solução para a perda patrimonial dos ex- proprietários de escravos. Tão certo que projetos de lei como os propostos pelo então deputado A. Coelho Rodrigues e pelo Barão de Cotegipe, visavam garantir que os proprietários de escravos fossem indenizados pelo Governo mediante pagamento de apólices da dívida pública que lhes deveriam ser concedidas como forma de reparação pelos “incalculáveis” prejuízos que experimentaríamos após a abolição.⁴

Imperioso registrar que tais projetos – felizmente - não

lograram aprovação, porém, convém observar que enquanto o parlamento redundava em torno de tais questões, nas cidades só aumentava o número de pretos que ocupavam as ruas, os prédios abandonados, constituíam aglomerações coletivas - que mais tarde seriam conhecidas como “cortiços” - e que sem trabalho, educação ou abrigo, eram violentamente empurrados para a mendicância.

Especialmente na Bahia, registros da época apontam para um movimento migratório em torno dos municípios de Cachoeira e Salvador, que viriam a alterar significativamente o panorama da cidade. É o que extraímos das reflexões de Walter Fraga Filho (2011) em artigo em que aborda o “13 de maio” e a celebração da liberdade na Bahia

O entusiasmo dos libertos e libertas no dia da abolição foi o que os ex-senhores guardaram na memória dos primeiros dias sem escravidão. Conta-se que logo que a notícia da abolição chegou às terras do Engenho da Cruz, na freguesia do Iguape, houve grande alvoroço entre os ex-escravos e naquele dia ninguém mais trabalhou. Segundo a tradição oral, nos dias seguintes, alguns deixaram a propriedade e migraram para as cidades de Cachoeira e Salvador. Foi com grande estremecimento emocional que o proprietário, Inácio Rodrigues Pereira Dutra, o barão do Iguape, assistiu ao desmoronamento da escravidão em sua propriedade. Custou-lhe aceitar que a “desordem” e

³ Dados são extraídos dos ANNAES do Parlamento Brasileiro - Câmara dos Srs. Deputados, terceira sessão, vigésima Legislatura de 1888. Volume I, Imprensa Nacional RJ 1888, p. 50.

⁴ Projetos de nº3.353 de 13 de maio de 1888 e projeto “C”, de 19 de junho de 1888.

a “desobediência” alcançassem seus domínios. Numa reação inesperada, reuniu os filhos e netos, mandou juntar todos os pertences necessários a uma longa ausência e embarcou num saveiro com destino a Salvador (FILHO, 2011, p.8).

Este fenômeno das migrações, no “pós abolição”, também foi abordado por Lucia Helena Oliveira Silva (2011), que nos aponta que

A ida para as grandes cidades foi uma das primeiras alternativas para se afastar do campo e buscar melhores condições de vida. No Brasil, as condições foram menos dramáticas, mas os impactos nas cidades para onde se dirigiram foram imediatas (Silva, 2001, s/p.).

O que é corroborado por José Murilo de Carvalho em “Os *Bestializados*” (1987) ao afirmar que “a abolição lançou o restante da mão de obra escrava no mercado de trabalho livre e engrossou o contingente de subempregados e desempregados” (p. 16).

Não obstante tais circunstâncias, fato é que a classe política e governos locais não assumiram o enfrentamento destas questões como prioridade. Ao revés, as questões que passaram a ocupar o centro da pauta foram as medidas de contenção ao avanço dos “derrotados” contra as contas públicas, tendo em vista garantir que os cofres públicos não

seriam esvaziados pela “sanha pecuniária” dos escravocratas que não cessavam de buscar serem indenizados.

Registre-se, inclusive, que é para evitar que tais proprietários alcançassem sua pretensão, que em 14 de dezembro de 1890 o governo Republicano determina a fatídica incineração dos “livros e papéis referentes ao elemento servil”, eliminando dos arquivos nacionais todos os “últimos vestígios da escravidão no Brasil”, conforme se extrai de Moção do Congresso publicada na sessão do dia 20 de dezembro daquele ano.

Todavia, tais medidas seguiam indiferentes ao cerne da questão, pois enquanto o Estado se resguardava no plano formal, o problema dos ex-escravos permanecia sem solução política.

A legislação pátria, recrudescida para inviabilizar o acesso dos mesmos a condições dignas de existência, permanecia intocada. No Nordeste, a resistência dos ex-senhores de escravos em contratar mão-de-obra negra assalariada - e a insistência daqueles nos maus-tratos -, afastavam cada vez mais os negros das fazendas e engenhos.

No Sudeste, a materialização do projeto de imigração - autorizado pelo governo para atrair imigrantes europeus para as

lavouras outrora ocupadas pelos negros - já tinha garantido, em 1888, a entrada de mais de 500 mil⁵ trabalhadores estrangeiros no país - o que inviabilizou a contratação da mão-de-obra negra desocupada de forma assalariada, provocando a subutilização de sua força de trabalho, conforme referem com bastante clareza os escritos de Luiz dos Santos Vilhena (1992):

Os brancos naturais do país (Bahia) hão de ser soldados, negociantes, escrivães, oficiais em algunstribunais ou juízos da Justiça ou da Fazenda, e alguma outra ocupação que não possa ser da repartição dos negros, como cirurgiões, boticários, pilotos, mestres ou capitães de embarcações, caixeiros de Trapiches etc. Alguns outros, se bem que poucos ou raros se empregam em escultores, pintores, ourives etc." (VILHENA, Luís dos Santos. Cartas de Vilhena. Notícias soteropolitanas e brasílicas. Bahia, IOF, 1922, p. 140)

Neste diapasão, convém acrescentar que a falta de instrução e analfabetismo, somados à rejeição aos seus fenótipos, potencializada pela profusão das teorias raciais⁶ da época, tampouco lhes permitia acesso a outros postos de trabalho. Na mesma toada, a Lei de Terras (Lei 601 de 18 de setembro de 1850), promulgada logo após a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz⁷ impunha à população oriunda das lavouras – e que na maioria das vezes, desconhecia de outras habilidades além do manejo da terra - um óbice claro à ocupação de terras devolutas por estes recém-libertos, vez que em seus arts. 1º e

18º, estabelecia que:

“Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. [...]

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem.”

Como se vê, inviabilizava-se sistematicamente a apropriação da terra através do trabalho, ao tempo em que se favorecia a ocupação dos postos de trabalho ociosos por estrangeiros.

Ademais, não bastasse todo o aparato legal a concorrer para o agravamento do estado de absoluto abandono no qual foram lançados os negros recém-libertos, a ocupação de imóveis abandonados, por eles, foi também, violentamente combatida pelos governos locais.

⁵ Segundo o IBGE, entre 1871 e 1870, chegaram ao Brasil 219 mil imigrantes; na década seguinte a quantidade saltou para 525 mil, evoluindo a um total de 1,13 milhão no último decênio do século XIX, após a abolição.

⁶ Teorias que tinham como fundamento argumentos biológicos, que eram muito convincentes na época e, pregava que as nações européias eram um modelo de civilizações mais adiantadas, sendo africanos e indígenas mais atrasados, tidos como bárbaros. http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ufpr_hist_pdp_luiz_geraldo_mendes_da_silva.pdf7

A este tempo, até mesmo a circulação de negros “sem ocupação” ou “motivo claro” era criminalizada como “crime de vadiagem”⁸.

Episódios tais quais os citados, portanto, são passagens que merecem ser lembradas já que vêm à reboque de uma atuação omissiva do Estado frente ao processo vertiginoso de pauperização coletiva da população recém-liberta que, nos idos 1888 era predominantemente analfabeta, não dispunha de qualquer meio de produção ou recursos financeiros, não tinha moradia ou onde se abrigar; e que como “mortos-vivos” na cena política, tiveram sua condição, recém-adquirida, de “sujeitos de direito” totalmente ignorada.

Flávio Gomes e Marcelo Paixão (2010) resumem bem as vicissitudes deste período em sua obra *Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: Notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação*:

Escravos e libertos eram transformados em “negros” e “pretos” numa perspectiva racial de classificação estigmatizantes das novas hierarquias sociais do século XX. A abolição não foi acompanhada de políticas públicas que garantissem terras, educação e direitos civis plenos aos descendentes de escravos libertos. Pelo contrário, políticas públicas urbanas e higienistas refundaram as diferenças sob novas bases sociais e étnicas. (PAIXÃO; GOMES, 2010, p. 47)

E descrevem um cenário odioso de abandono e descaso que, lamentavelmente, se deflagrou com a anuência da maioria da população da época e com a lastimosa participação de Estado que preocupou-se muito mais em “apagar” os “vestígios da escravidão”, dando o problema por encerrado, do que em solucionar as demandas do “pós-abolição”.

Como acertadamente observou Cristóvão Buarque (2008), ao analisar comportamento das elites estatais da época diante desta problemática:

Eliminaram dos arquivos mas não eliminaram das ruas, nem da realidade. Olhem ao redor e verão todos os sinais da escravidão: uma desigualdade que aumentou, uma liberdade para sobreviver no abandono, um círculo vicioso que mantém filhos na mesma vida dos pais, sobretudo um discurso político muito parecido com aquele de 180 anos atrás. Até quando vamos esperar para completar a abolição? (BUARQUE, 2008, p.99).

CAPÍTULO 2

DA SENZALA AO “TACHO”, DO “TACHO” ÀS RUAS: O PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS NO ENFRENTAMENTO DA MISÉRIA NA CIDADE DO SALVADOR NO FINAL DO SÉCULO XIX.

Submetidos ao horror da escravidão e abandonados à incerteza do “porvir”, aos negros do pós-abolição poucas alternativas sobriam, além de se empreenderem numa dolorosa luta pela sobrevivência.

Condição quase que inevitável aos países que vivenciaram o modelo de produção escravista em suas economias, o enfrentamento de um “pós-abolição” conturbado não foi uma particularidade do Brasil.

A mortalidade em massa dos desabrigados, os conflitos armados e os assassinatos de ex-escravos em países como Peru, Venezuela, Estados Unidos e Haiti – para citar alguns exemplos - foram algumas das consequências da nefasta combinação entre cativeiro + exploração de mão-de-obra pela sujeição + degradação da pessoa humana + abolição

desprovida de planejamento.

No caso específico do Brasil, o enorme contingente de negros “abandonados à própria sorte” no dia “14 de maio” alteraria irreversivelmente o panorama das cidades, e especialmente na cidade de Salvador, capital do Estado que recebeu o maior número de escravos oriundos do tráfico transatlântico durante os mais de 350 anos em que perdurou, alteraria cabalmente a dinâmica da vida local.

Em artigo em intitulado “*O pós-abolição na Bahia: memória à construção da vida livre*” Jaci Menezes e Juvino Filho (2007) nos trazem dados importantes acerca das particulares deste período, na Bahia. Apontam que os índices de analfabetismo da população beiravam os 80%, e que os fluxos migratórios, ao tempo em que empurravam os moradores da capital para o interior, também atraíam um enorme contingente de ex-escravos, que desejando abandonar o passado de servidão, se aglutinavam na capital em busca de novas possibilidades de existência. Movimento que também é apontado por Walter Fraga Filho (2011) ao publicar trecho extraído da irresignada Carta enviada pelo Senhor de Engenho e Comerciante, Aristide Novis, ao Barão de Cotegipe em 16 de Maio de 1888, no qual aquele manifesta sua duvidosa “preocupação” com o destino dos ex-cativos que “invadiam”, em

massa, a capital baiana:

[...] Viva o dia 13 de Maio, viva a abolição imediata e sem indenização, vieram enfim os salvadores da Pátria! Desde o dia 13 que vivemos em completo delírio! Comércio fechado todo o dia de ontem, passeatas pelas ruas, carros dos caboclos que foram buscar na Lapinha e depositaram na Praça do Palácio; enfim todas as noites temos grandes festas; carnaval, 2 de Julho, e festa da abolição! Faça idéia de um tempo, que efeito não produzem, temos aqui mais de 3 mil pretos vindos dos engenhos. Ainda ontem conversando com o presidente e Chefe de Polícia pedilhes que assim passassem estas festas, providenciasse no sentido destes trabalhadores voltarem às fazendas, se não em breve os roubos e mortes se dariam a cada momento. (FILHO, 2010, p.18)

Registros outros, destacam, também, que concomitantemente ao aumento do número de ocupantes nas cidades, já era possível vislumbrar nos anos subsequentes, as tentativas de emancipação e organização do trabalho por estes atores. Não obstante “pari-passo” a este, Menezes e Filho registrem que:

tem início um período de pobreza acentuada, com consequências sobre o nível de qualidade de vida das classes populares em geral, mas de forma mais direta dos ex-escravos. A demanda imediata pela sobrevivência passa a ser o centro da vida, a luta principal, neste momento de reorganização total da vida dos negros, guiando, inclusive, a sua inserção na cidadania (2007, p.10).

E demonstram que para a população recém-liberta “a luta

pela liberdade se transformara em luta pela igualdade, a partir da busca do direito básico, mínimo: a sobrevivência” (2007, p.10).

Observamos que nesta linha de pensamento, Mário Augusto da Silva Santos (2001) em sua obra *A República do Povo: sobrevivência e tensões sociais*, registra que é neste momento que surgem na capital baiana os primeiros movimentos, ainda que incipientes, em torno da pauta do trabalho, como o Centro Operário da Bahia, criado em 1894 do qual participara Manoel Querino - e o Comitê Popular contra a Carestia de Vida, criado em 1913 e presidido por Cosme de Farias. Muito embora a sua fala evidencie que apesar de relevantes, tais movimentos ainda não se mostravam suficientes para conter o estado de acentuada pobreza, que só se agravava. No seu entendimento:

A baixa geral do nível de vida das classes populares no Pós-abolição em decorrência de um contingente de mão-de-obra livre desqualificada, chegando a um mercado de trabalho com pequena capacidade de absorvê-la, teriam aumentado os contingentes do sub-proletariado, num momento em que a conjuntura de preços estava em alta (SANTOS, 2011, p. 11).

Diante deste cenário de pauperização coletiva e considerando os tímidos avanços até então alcançados pelos movimentos sociais e políticos que começavam a ser

deflagrados, fato é que a condição das mulheres negras, geralmente excluídas do debate público - mesmo daqueles que envolviam questões da negritude – se tornaria, tão logo, a mais dramática.

Sobretudo àquelas às quais competia o cuidado e a tutela de filhos e dependentes, garantir sua sobrevivência e a “dos seus” se tornara uma questão urgente. Logo, esperar pela ação benevolente do Estado ou pelo sucesso das investidas populares estaria fora de questão.

Remanescentes entre as que, por falta de opção ou não encontrando melhor oportunidade, não se uniram aos que se dirigiram para as cidades interioranas, às mulheres que permaneceram na capital baiana restaria criar suas próprias “rotas de fuga” para o enfrentamento da fome, e para garantir a sobrevivência e abrigo de seus tutelados.

Sem qualquer grau de instrução ou habilitação profissional, na maioria dos casos, a criatividade foi o “carro chefe” das iniciativas que estas mulheres, à revelia das precárias condições de existência que lhes eram impostas, lograram empreender. Iniciativas que iam desde a prestação de serviço doméstico até a comercialização de alimentos que elas mesmas produziam ou cultivavam, e que lhes permitiram, prover, a duras penas, o seu sustento e de seus filhos.

Conforme nos guarnecem os documentos e relatos históricos, desde os tempos da escravidão não era incomum a presença de mulheres negras nas feiras livres e passeios-públicos, embrenhadas no comércio local como quitandeiras, ambulantes, ganhadeiras.

Sobretudo após a promulgação da lei do Ventre Livre, em 1871, em que as possibilidades de escravos comprarem a sua própria alforria aumentaram, vislumbrou-se um número cada vez maior, principalmente de escravas mulheres, se lançando em tarefas autônomas.

Lavavam roupa “a ganho”, prestavam serviços domésticos, serviam de ama de leite, mas também cultivavam e produziam alimentos, se lançando às ruas para vendê-los. E isto perdurou no pós-abolição - já que, face às dificuldades de inserção do homem negro no mercado de trabalho, não por raras vezes cabia a estas mulheres sustentarem a si, aos filhos, e a toda uma rede de dependentes desprovida de proteção social.

Sobre isto, Silva (1992), ao analisar os contornos do pós-abolição, destaca que:

após a abolição elas se transformaram no sustentáculo das famílias negras. Isto porque os homens negros não conseguiam competir no campo profissional com os imigrantes e não tinham

condições de sustentar a família” (Silva, 1992, p.11).

E defendendo que “nessa condição aprenderam a lidar com a rua, com o espaço público e nesse espaço superaram os processos de individualização formando redes de apoio e resistência”, cita CARDOSO (2012), que na mesma toada, afirma que:

as mulheres negras que desenvolviam atividades profissionais como lavadeiras, quituteiras, doceiras teriam superado esse processo de individualização. Esta experiência individual e fragmentada teria sido interrompida no momento em que essas mulheres formaram organizações culturais, ligadas na maioria das vezes à religião e ao samba.

E reconhece, ainda, que essas associações de mulheres negras

tinham função de coesão, de proteção coletiva e ocupavam o espaço público, representando uma proteção contra os perigos que a rua, mas também que as autoridades públicas pudessem oferecer. Nessa perspectiva, as mulheres negras se tornaram guardiãs e transmissoras das tradições religiosas e culturais afro-brasileiras. (CARDOSO, 2012, p. 37).

Oportuno acrescentar, neste passo, que embora a condição feminina tenha, em alguma medida, favorecido a inserção destas mulheres no mercado informal, tal inserção não lhes protegia das múltiplas violências às quais estavam expostas àquele tempo.

Fabiana Popinigs (2012) em trabalho intitulado *"Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras": Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro e seus arredores 1840-1890"*, nos acena para esta dura realidade:

Diferentemente do que ocorria com a maioria das mulheres brancas, as negras – fossem escravas, nascidas livres ou libertas – tinham de enfrentar as ruas, trabalhando para os seus senhores ou pela própria subsistência. Na Bahia, como no Rio, elas estiveram expostas a todo tipo de assédio e agressões e se defendiam como podiam: gritavam e brigavam e acabavam ganhando má fama (POPINIGS, 2012, p.2).

Nesta perspectiva, lançando um olhar crítico sobre o desdobramento dos processos de inserção social e luta pela sobrevivência por ex- escravos na cidade do Salvador, percebemos que, ignorando as precárias condições de existência, as mulheres negras que se embrenharam no “mercado informal” se destacaram pela obstinação e empenho em construir possibilidades onde as mesmas não existiam, motivadas pela inarredável busca por oferecer condições dignas de existência para si e para os seus tutelados.

Com efeito, a atuação das mesmas no cultivo, preparo de alimentos, ou mesmo na comercialização de tais gêneros - ou prestação de serviços outros- tornou-se uma realidade a reconfigurar o cenário sócio espacial da capital baiana.

Em artigo em que descreve a dinâmica dos sujeitos que impulsionavam o comércio local no pós-abolição, Aleida Batistoti (2019), aponta para intensificação do comércio de rua na Salvador do século XIX, destacando a atuação das mulheres no processo de produção e/ou venda, e a presença maciça das chamadas “quituteiras” em todos os bairros da capital. Para isto, traz-nos relevantes relatos extraídos da obra “A cidade do Salvador e seu Mercado no século XIX”, de Kátia Mattoso (1992), que merecem ser aqui reproduzidos:

“Os ofícios de rua eram desempenhados pelos negros e negras ganhadores e ganhadeiras, ambulantes, lavadeiras, engomadeiras, aguadeiros, por vezes escravos, libertos ou alforriados. Encontravam-se em cantos, pontos fixos, perambulando pelas ruas, fontes e chafarizes da cidade, "vender era, de longe, o ofício mais praticado na Salvador do século XIX" (MATTOSO, 1992, p. 490, apud BATISTOTI, 2019).

“Os vendedores ambulantes e ganhadeiras viviam com tabuleiros e barracas, por vezes de porta em porta, comercializando iguarias africanas e produtos alimentícios como legumes, frutas, peixes, carnes, doces e gêneros de mercearia em geral. [...] Essa gente zanzava o dia todo, ladeira abaixo, ladeira acima, os tabuleiros sempre harmoniosamente arrumados – equilibrados na cabeça, roupas de cores vivas, porte altaneiro, língua afiada [...] Vendia-se de tudo nas ruas de Salvador, de carvão a legumes. Especialistas em quitutes de proveniência africana não faltavam em nenhum bairro” (MATTOSO, 1992, p. 494 apud BATISTOTI, 2019).

Nesta mesma toada, reforça:

Durante o século XIX, em Salvador, a presença de mulheres negras nas ruas realizando seus trabalhos como ganhadeiras, ambulantes, quituteiras e outros ofícios era forte. Na cidade, elas ocupavam locais estratégicos, perambulavam pelas feiras, porto, áreas residenciais e nas proximidades dos cantos (BATISTOTI, 2019, p. 14).

Acrescentando, outrossim, que:

As repressões eram constantes na vida dessas trabalhadoras, pois não era de bom grado a intensa presença de negras e mestiças aos olhos da elite branca (SOARES, 1994; DURÃES, 2006, apud BATISTOTI, 2019)

Como se vê, tais recortes demonstram que, a este tempo, a presença das mulheres no comércio soteropolitano - que vem a reboque do pós-abolição e acompanha o crescimento da cidade – já exercia grande influência sobre a economia local, apesar das múltiplas dificuldades que “ocupar este espaço” implicaria.

Noutro passo, buscando identificar a natureza dos trabalhos desenvolvidos por estas mulheres, extraímos, ainda, da análise da literatura da época, o convívio de múltiplos fazeres, não obstante observemos que o predomínio da comercialização de gêneros alimentícios sobre os demais era evidente.

Seja por mão própria, ou através dos filhos, maridos, ou demais integrantes da comunidade, os alimentos preparados (as famosas iguarias africanas, pescados, e outros mais), eram

oferecidos diariamente, em diferentes pontos da cidade, e a receita de suas vendas era o que garantia a sobrevivência destes atores.

Sobre isso, Aleida Batistoti (2019), citando SOARES (1994), MATTOSO(1992) e DURÃES (2006) nos fornece, ainda, outro importante dado:

A maior parte do comércio das ganhadeiras era com vendas de comidas, em grande parte de iguarias africanas, e em segundo plano, tecidos e miudezas. As ganhadeiras possuíam o “monopólio” de alguns produtos, onde a venda de peixe era exclusividade de “ganhadeiras peixeiras” que recebiam todo o produto dos pescados para revenda no varejo. O mesmo acontecia na distribuição das frutas, e do comércio varejista de produtos perecíveis (SOARES,1994). Entre as comidas pode-se encontrar: canjicas, mingaus de tapioca, quentes acaças [parecido com o abará de hoje], mungunzá, arroz e carne seca, carne de baleia, inhames cozidos, caruru, diversos tipos de doces, refrescos, água, aguardente, bolos, pães, peixe frito ou carne de sol, angu, feijão e farofa, arroz de hauçá, feito com iscas de carne de sol frita (MATTOSO, 1992; GONÇALVES, 2018; DURÃES, 2006, apud BATISTOTI, 2019, p.14)

E nos aponta para a proximidade das práticas desenvolvidas aqui com aquelas que se verificavam na África, onde, segundo aponta a autora, as mulheres “eram consideradas exímias comerciantes”:

[...]pois que em muitas sociedades africanas delegavam-se às mulheres as tarefas de subsistência doméstica e circulação de gêneros de

primeira necessidade” (p.53-54). Grande parte das ganhadeiras africanas é oriunda da costa ocidental da África, em que era tarefa essencial feminina o trabalho em pequeno comércio, proporcionando papéis econômicos importantes para elas.

Como se vê, os documentos da época, os relatos do pós-abolição e os estudos sobre os modos de vida e a dinâmica do mercado na Salvador do século XIX, apontam para um aumento populacional na capital baiana à revelia da incapacidade do mercado local absorver toda a mão de obra que viria à reboque, e que somada à total ausência de políticas públicas para garantir a inserção da população ativa no Mercado de trabalho e a proteção social dos vulneráveis, tornaria a “luta pela sobrevivência” a nova “pauta” abolicionista do povo negro.

O que exsurge neste cenário, entretanto - e que nem sempre recebeo destaque que merece - é a substancial atuação das mulheres negras no enfrentamento da pobreza, e o protagonismo que assumem, a despeito das convenções da época, na provisão e sustento de suas famílias, numa atuação que se destaca tanto em extensão quanto em relevância, uma vez que a sua presença na cena social exerceu um importante papel na reconfiguração do espaço público e dotação de novos contornos à economia local que, como veremos, até os dias de hoje guarda relação com as iniciativas e práticas desenvolvidas àquela época.

CAPÍTULO 3

SÉCULO XX: O ACIRRAMENTO DAS DIFICULDADES DE INSERÇÃO DE MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO E O AVANÇO DA ATUAÇÃO FEMININA NEGRA NO MERCADO INFORMAL: A PROFUSÃO DE NOVOS “FAZERES” E A CONSTRUÇÃO DE UMA “ROTA ALTERNATIVA” ANTE A AUSÊNCIA DE OPORTUNIDADES

Desde 1888 até os dias atuais, muitas foram as transformações pelas quais passou a sociedade brasileira: seja do ponto de vista político - com a consolidação da República e estabelecimento do Estado Democrático; no aspecto jurídico-normativo - com a definição das competências e limites dos poderes da República e reconhecimento de direitos básicos fundamentais; atravessando, até mesmo, questões morais, com a reorientação dos valores, redefinição dos conceitos de sociedade e família, e reconhecimento da legitimidade dos direitos conferidos a minorias outrora privadas de seu exercício.

No campo da educação e da ciência, importantes

transformações também foram experimentadas, sobretudo no tocante a esta última, com o surgimento de novas tecnologias e desenvolvimento de setores estratégicos como os do Transporte, e da Indústria.

Impende observar, entretanto, que muito embora as transformações do século XX tenham permitido às sociedades ocidentais estabelecerem um novo marco civilizatório, o problema da concentração de riquezas, sobretudo nos países da América Latina, não logrou mobilizar os esforços necessários à sua superação.

Muito embora enfrentado com vigor, no campo teórico - sobretudo a partir do adensamento das teses marxistas -, na prática, o capitalismo periférico - em voga, especialmente, nos países sul-americanos - neutralizou as possibilidades de reposicionamento da pirâmide social, fazendo com que a concentração de riquezas nas mãos de poucos esvaziasse quaisquer perspectivas de distribuição equitativa de recursos ou oferta de condições dignas de existência para todos.

Neste contexto de perpetuação de privilégios e inexistência de esforços para garantir a equiparação de direitos, o enfrentamento da situação laboral dos ex-escravos e seus descendentes acaba deixado para segundo plano. Na toada do projeto de avanço industrial, alguns são abarcados como mão-

de-obra, e em razão desta condição acabam por receber alguma instrução mínima, suficiente para que possam ser úteis aos interesses do capital. Outros conseguem, pouco a pouco, se inserir nos espaços vacantes, muito embora, predominantemente em posições subalternas e tarefas servis. Contudo, a grande maioria, acaba por ser preterida do mercado de trabalho formal.

Não restando outra alternativa, a permanência destes egressos no mercado informal tornou-se inevitável. E a rejeição simbólica da presença do negro em espaços de convívio somada a profusão das políticas eugenistas foram também fatores a concorrerem para o acirramento do desemprego entre os mesmos.

Além disso, as dificuldades impostas à sua escolarização somada a um déficit educacional que os distanciava cada vez mais dos postos de trabalho, à medida em que surgiam novas tecnologias, fizeram com que, especialmente na cidade do Salvador, a rede de trabalhadores informais se ampliasse, já que “sobreviver” era preciso e que o acesso a este ambiente era mais democrático - além de exigir menos qualificação que os espaços formais.

Nesta toada, podemos notar que ao longo de todo o século XX o trabalho informal seguiu sendo “moeda corrente” no

cotidiano da capital baiana. Deixando até mesmo de ser uma solução meramente temporária para o enfrentamento do desemprego, para se transformar em um “meio de vida” para tantos.

E especialmente no tocante às mulheres, cuja a inserção no mercado formal ainda era um tabu, tornou-se, para muitas, o “único” meio possível de sobrevivência, conforme reforça o texto *Mulheres negras empreendedoras na cidade de Salvador* (2011) ao enfrentar o assunto:

No século XX, após a Abolição, já havia uma população de mulheres negras nascidas na cidade de Salvador. Elas nasceram livres e sem o peso da escravidão, mas ainda carregando o estigma de serem descendentes de escravos, fato esse que continuou lhes dificultando o acesso à educação e ao mercado de trabalho. Essa dificuldade fez com que a população negra feminina continuasse à margem da sociedade produtiva formal. A elas coube novamente atuar de forma independente, como empreendedoras numa alusão ao fato de que o empreendedorismo nem sempre decorre de uma opção formal (GELEDÉS, 2011).

Logicamente que com o passar do tempo e ampla profusão do comércio informal e suas práticas, os governos municipais passaram a reconhecer o profundo remodelamento do espaço público promovido por estes trabalhadores de rua, e com isso passou a desenvolver estratégias de controle e regulação destas atividades.

Medidas promovidas ao longo dos últimos anos pelas gestões municipais na cidade do Salvador, como a regularização do trabalho informal no entorno da Estação da Lapa, o cadastramento dos ambulantes da Avenida Sete de Setembro, a organização e revitalização da Feira de São Joaquim, o cadastramento dos vendedores que circulam nas estações e transportes públicos (os famosos baleiros), bem como a concessão de registro próprio e controle de atividades aos ambulantes da cidade⁹, são a demonstração de que a execução das atividades citadas sempre repercute na economia, e portanto, não poderiam ser deixadas a cargo pelo Estado.

Registros da PNAD IBGE apontam que no 1º trimestre de 2018 era de 2,7 milhões o número de pessoas atuando sem carteira assinada ou de forma autônoma na Bahia. O que corresponde a 45,7% da população de 5,9 milhões que trabalham no Estado¹⁰. No tocante à capital baiana, os números eram igualmente alarmantes: era de 40,3% o número dos que se encontram na informalidade; o que representa 587 mil pessoas, ou seja, 4 entre cada 10 trabalhadores.

Os números evidenciaram, também, que a informalidade segue maior entre as mulheres. Do total de trabalhadoras na cidade de Salvador, 43,0% são mulheres, enquanto no tocante aos homens os números giravam em torno dos 37,7%. Acrescente-se que entre os informais 40,6% se declararam

pretos ou pardos enquanto 38,4% se declaravam brancos.¹¹

À vista destes dados, porém, se considerarmos, especialmente, o recorte de gênero, agregando a tais números os dados apresentados pelo IBGE, no Censo de 2015, acerca da condição laboral de pessoas negras, perceberemos a enorme desvantagem em que se encontram, sobretudo, as mulheres negras, no Mercado de trabalho – o que nos leva a constatar que o que vislumbramos nos dias atuais pouco se distancia do que vislumbrávamos no final do sec. XIX. É o que nos mostram os pesquisadores Natália Leão, Marcia Rangel, Luiz Augusto Campos, e João Feres Júnior (2017) ao discutirem Desigualdades de Raça, Gênero e Classe:

Conforme dados do Instituto, a população negra corresponde a 55% da população. No entanto, em relação aos rendimentos desse grupo, à escolaridade e às classes sociais, estão em desvantagem, principalmente as mulheres negras, quando comparadas às pessoas brancas, no topo dos indicadores. Com relação a renda *per captam* mensal, em 2015: a diferença entre o grupo com maior renda (homens brancos) e o de menor renda (mulheres não brancas) é em torno de quinhentos a setecentos reais. Essas diferenças se mantêm ao longo dos anos. Agregamos pardos e pretos em virtude da semelhança dos dados de cada grupo. Para se ter

⁹ As ações citadas correspondem a iniciativas / projetos desenvolvidos pelas gestões municipais da cidade do Salvador entre os anos 1960 e 2019. Atualmente o controle das atividades no município é realizada pela Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEMOP, entidade criada em 1990 pela lei 4.103 /90, que tem entre suas atribuições, dentre outras, planejar, administrar e fiscalizar o comércio em vias e logradouros públicos. <http://www.ordempublica.salvador.ba.gov.br/index.php>.

¹⁰ Fonte: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/dos-59-milhoes-de-baianos-que-trabalham-457-estao-na-informalidade/>

uma ideia da proximidade entre os dois grupos, em 2015, enquanto homens brancos recebiam em média 1.564 reais e mulheres brancas 1.496 reais, homens pardos recebiam 887 reais, homens pretos 892 reais, mulheres pardas 808 reais e mulheres pretas 795 reais. (GEMMA, 2017, p. 18).

Como se vê, resta incontestemente que a mulher negra, numa conjuntura de múltiplas desassistências, permaneceu, durante anos, em condição de vulnerabilidade. E isso corrobora com a tese de que, no tocante aos critérios de colocação do indivíduo no mercado de trabalho brasileiro, a cor sempre fora elemento preponderante.

Por outro lado, subsistir em face das situações mais adversas, ignorando as condicionantes sociais, faz da atuação destas mulheres em assumirem o “senhorio” de seus negócios, elemento decisivo para minimização dos impactos que a indiferença do setor privado e a sistemática omissão do Estado legaram aos setores historicamente vulnerabilizados.

¹¹ Fonte: <http://varelanoticias.com.br/informalidade-bate-recorde-em-salvador-e-atinge-40-do-mercado-de-trabalho/>

CAPÍTULO 4

DE “QUITUTEIRA” à “CHEF”; DE “SACOLEIRA” A “EMPRESÁRIA”. AS TRANSFORMAÇÕES DO SÉCULO XXI E O SOERGUIMENTO DE UM NOVO(?) SUJEITO NA CENA SOCIAL: A MULHER NEGRA EMPREENDEDORA. Do reconhecimento das intersecções entre passado e presente a uma necessária ressignificação do papel da mulher negra na economia soteropolitana.

A despeito de todos os percalços que atravessam a história de labore emancipação da mulher negra na cidade de Salvador, reconhecerem seu protagonismo na recondução dos rumos da sua história e daquelas que as sucederam é tarefa indispensável à construção de um pensamento crítico acerca do papel destas mulheres em nossa sociedade.

Atravessando mais de 130 anos de negação de direitos - desde a “abolição sem reparação” - é inquestionável que estas mulheres, através do trabalho, conseguiram resistir às ofensivas de um sistema estruturado para negar-lhes acesso às condições mínimas de existência, e que as mesmas, com perseverança e obstinação, lograram fortalecer as gerações que as sucederam

na busca por uma real e efetiva emancipação social, ideológica, profissional e financeira - e os movimentos contra hegemônicos que paulatinamente começaram a surgir e ganhar força entre o final do século XX e início do século XXI, são a prova disto.

Entendendo que mercado formal ainda não havia rompido com as amarras ideológicas que ao longo dos anos impediram as empresas de contratarem profissionais negras para integrarem seus quadros, começou a crescer, no Brasil, especialmente a partir da década de oitenta do século XX, o número de mulheres negras que, decididas a explorarem suas habilidades e competências, passaram a empreender¹² por conta própria.

De manicures a cabelereiras, passando por vendedoras, costureiras ou cozinheiras, ao longo dos últimos anos só aumentou o número de mulheres negras que pouco a pouco saiam do obscurantismo da informalidade e começavam a “dar vida” aos seus negócios, ainda que dispendo de poucos recursos para tal.

Já nos idos anos 2000, com o aumento das facilidades para registro de pequenas empresas e com a possibilidade de enquadramento em regime tributário simplificado, com a promulgação da Lei Complementar 123/06, vimos o aumento substancial do número de mulheres negras imbuídas na

regularização de seus negócios, investindo em divulgação e expansão dos seus produtos e serviços, e dispostas a, através destas atividades, ressignificarem sua atuação na comunidade.

Dados divulgados pelo SEBRAE no ano de 2015 apontavam para um crescimento de 34% no número de mulheres empreendedoras, notadamente, entre os anos 2001 e 2014¹³. Atualmente, quase metade dos Microempreendedores individuais do país (48%) são mulheres. E entre estas, o número de empresárias negras registradas teve importante aumento, atingindo o número – ainda tímido, porém relevante – de 17% do total de empresários com inscrição no CNPJ. Sendo Salvador a cidade brasileira que registra o maior número dentre elas.¹⁴

Convém acrescentar, todavia, que este movimento não veio sozinho: seguiu acompanhado do amadurecimento de um “novo” Mercado Consumidor, que passou a se definir pela presença majoritária de pessoas negras que tinham em comum o fato de terem suas características e preferências historicamente alijadas de um mercado para o qual seu dinheiro servia, mas que nunca esteve disposto a retratá-las em suas campanhas ou adaptar seus produtos ou serviços às necessidades deste público.

Observemos que registros recentes sobre o avanço do

empreendedorismo feminino negro também apontam para o fortalecimento de redes de incentivo e coexistência de movimentos de coalização, como o *Afro Lab* (Iniciativa do Instituto Feira Preta que promove capacitações e atividades de apoio a empreendedores negros); *A lista Negra* (Site que conta histórias de vida de empreendedores negros), o *Black Money* (que permite a conexão entre empreendedores e consumidores negros), o *Clube da Preta* (Primeiro clube de moda afro que reúne em um box produtos feitos por afro empreendedores da periferia), e outros cujo escopo é, em síntese, “gerar autonomia e prosperidade para comunidade negra, dentro dos valores afrocentrados”¹⁵.

Histórias de sucesso são também um importante combustível nesta engrenagem. Sobretudo aquelas extraídas dos relatos de mulheres que, inspiradas no labor das que as antecederam e buscando traçar uma rota alternativa, assumiram o desafio de empreender, muitas vezes contando com o apoio dessas redes de cooperação.

¹² O conceito de empreendedorismo aqui utilizado é o das Ciências Econômicas, desenvolvido por Robert D. Hisrich, segundo o qual empreender é o “processo de criar algo diferente e com valor, dedicando tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação econômica e pessoal”.

¹³ Os dados foram extraídos da pesquisa “Donos de Negócios – Análise por Gênero 2015”, elaborada pelo Sebrae com dados da Pnad/IBGE de 2014. Disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/empreendedorismo-de-pequeno-porte-tem-forte-vies-feminino-no-pais,439c9ebdb1eaa510VgnVCM1000004c00210aRCRD>

Trajetórias como a da quituteira *Aldaci Dadá dos Santos* - a famosa cozinheira Dadá -; da designer de moda e estilista *Carol Barreto*, e da cabelereira *Bárbara Aguiar* - hoje reconhecidas como Empresárias de “alto calibre” nos ramos da gastronomia, moda e beleza, respectivamente -, são apenas alguns exemplos de mulheres negras que com inovação e criatividade lograram traçar, com êxito, uma “nova rota”.

Naturalmente, cada uma destas mulheres negras que hoje são reconhecidas por seus resultados e méritos, enfrentaram, em suas respectivas trajetórias, múltiplos desafios. Mas certamente sua obstinação tem sido decisiva para incentivar outras a empreenderem, e o legado das que “já estão no caminho” tem aberto portas para que cada vez mais mulheres negras sigam esta “trilha”.

Necessário enaltecermos, contudo, que mesmo conhecendo os percalços do caminho, certo é que muitas mulheres soteropolitanas, outrora subalternizadas, inspiradas pela trajetória de luta das que a antecederam, já figuram, hoje, entre as maiores empreendedoras do país em seus respectivos ramos de atuação.

É bem verdade que as dificuldades não se dissipam com o simples registro daquela atividade outrora informal, mas fazê-lo já é, em si mesmo, um grande passo.

Como bem observa Aldeci Bernardi (2003), não é incomum que no início de seus negócios empreendedoras negras enfrentem dificuldades para “desenvolverem ações empreendedoras sem o conhecimento das etapas formais que compõem o desenvolvimento de um empreendimento”. (BERNARDI, 2003, p.64).

Todavia, concordamos que apesar dos percalços, termos, hoje, o repertório empresarial soteropolitano como referência de talentos femininos negros que, não se conformando com a subalternização de suas competências, lograram seguir novas trilhas, já representa, em si mesmo, um enorme avanço na história do povo negro no Brasil. Reconhecimento que, no nosso entender, deve reorientar a concepção do papel desta mulher não apenas na nossa economia, mas em nossa sociedade como um todo.

Como temos visto nos últimos tempos, o reconhecimento destas mulheres como empreendedoras, já é uma realidade. Apesar de ainda suscitar controvérsias no plano teórico.

Se considerarmos, outrossim, que o conceito de “empreendedor” pode ser compreendido como aquele que “combina a paixão por uma missão social com a imagem de

¹⁴ Fonte: Folha de São Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/negras-empresendem-mais-por-necessidade-do-que-as-brancas.shtml>.

¹⁵ <https://movimentoblackmoney.com.br/>

disciplina, inovação e determinação” (DEES, 1998); vemos que, ao confrontarmos cada uma das histórias de mulheres negras que se lançam à aventura de “empresariar”, veremos que estamos, sim, diante de uma virada paradigmática a consagrar as mulheres soteropolitanas do pós-abolição como empreendedoras natas.

Observemos que a plataforma Geledés (2011), ao discutir empreendedorismo negro, leva-nos a esta reflexão, citando de maneira muito feliz, como exemplo de empreendedoras, as famosas “bairianas de acarajé”. Ao fazê-lo, defende que:

Trajetória pautada por barreiras sociais em três dimensões: ser mulher, ser negra e ser pobre. [...] A história da empreendedora em questão vem “derrubar” certos mitos criados ao longo do tempo sobre a figura do empreendedor. Ao contrário do que foi descrito nos conceitos usados em diversas revisões bibliográficas que mostram o empreendedor como um ser do sexo masculino, as mulheres empreendedoras usam sua feminilidade dentro de seu empreendimento, sempre usando a docilidade característica da mulher, porém sempre agindo com firmeza de uma líder perante seus subordinados. Outra fundamentação muito usada nos conceitos de empreendedor mostra que este deve estar sempre voltado para o moderno, porém é possível empreender usando elementos da tradição. E isto se torna um diferencial. Ainda segundo estes mesmos conceitos, o empreendedor é um ser sempre voltado para o lucro, não importando, portanto a estética do empreendimento, fato não justificado por algumas empreendedoras que tem na estética negra e africana o diferencial de suas ações empreendedoras. Essa estética é notada na decoração de seus negócios, com

móveis rústicos e imagens de santos e orixás que remetem à religiosidade (GELEDÉS, 2011).

Uma prova de que merece ser enaltecido o viés empreendedor do trabalho de tais mulheres negras, bem como reconhecido o seu papel na construção da Salvador do passado e no presente...

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO: A VITÓRIA DA RESISTÊNCIA SOBRE A INVISIBILIDADE...

Conforme temos visto, até aqui, desde os primórdios da exploração da mão-de-obra negra nas Américas pelo colonizador europeu, as mulheres têm exercido um papel decisivo na resistência às maisvariadas violações, e manteve constante o seu protagonismo na luta por melhores condições de vida, também no pós-abolição.

Fosse nas lavouras ou nos engenhos. Nas ruas ou no interior dos prédios. Realizando os trabalhos indignos ou estigmatizantes, alimentando famílias ou alimentando comunidades inteiras. Fato é que sua obstinação, ao longo da história, foi decisiva à sobrevivência do povo negro nos ombros dos quais se deu construção deste país.

É o que nos dizem Paixão e Gomes (2008), ao refletirem sobre o tema, reconhecendo nas histórias dessas mulheres uma inuidosa obstinação e protagonismo. Para os citados autores, estas mulheres, desde a diáspora

Elaboraram formas de enfrentamentos, contrariandoa ideia de que aceitavam a dominação

com passividade. Uma das bases de poder verificava-se na luta pela manutenção da família negra. Agiam na proteção da integridade física e psicológica de seus filhos e companheiros, assim como de toda a comunidade da qual faziam parte. Na tentativa de impedir que filhos e esposos fossem vendidos separadamente, recusavam-se a trabalhar e ameaçavam os senhores com os suicídios e infanticídio. Fazendeiros temiam especialmente envenenamentos que poderiam ser praticados por mucamas. Num mundo cercado de opressão, construíram ambientes de autoestima e se tornavam decisivas, por exemplo, para possibilitar fugas ou obter informações a respeito de vendas e transferências indesejáveis (PAIXÃO; GOMES, p. 951, 2008).

O que nos mostra que a resistência sempre acompanhou a trajetória dessas mulheres!

Considerada uma das principais rotas trilhadas pelas mulheres negras na luta pela sobrevivência no pós-abolição, o trabalho informal, precipuamente, o trabalho “de rua”, funcionou como um importante escape à realidade de abandono a que foram expostas ao longo de suas vidas, exercendo múltiplas funções e, sobretudo, garantindo-lhe o “socorro” quando assombradas pela fome e pela falta de abrigo.

A perpetuação deste ciclo e o acirramento da dependência deste meio de subsistência, contudo, tornar-se-ia inevitável ante as precárias condições de vida e educação destas

mulheres. Seguir a trilha então aberta, foi o caminho encontrado para resistir.

Muito embora 130 anos nos separem do fim da escravidão no Brasil, o que podemos deduzir destas breves reflexões, é que ao confrontarmos os dados do mercado de trabalho do passado e do presente, vemos que a falta de acesso à educação de qualidade e, conseqüentemente, às boas oportunidades do mercado de trabalho continuam sendo o principal obstáculo ao melhoramento das condições de vida da população afrodescendente. O que empurra estas mulheres à busca por alternativas no mercado informal.

Logo, face a perpetuação da negação de direitos, estando desprovidas de recursos mínimos para pleitearem outros espaços no mercado de trabalho, valer-se da criatividade e inovação, foi estratégia fundamental para sua sobrevivência e para a resignificação da sua atuação no mercado, de modo a abrir caminhos para afirmação de sua independência, autodeterminação, e desenvolvimento de novas práticas comerciais.

Somente graças a esta inventividade, é que, mesmo tendo atravessado o difícil caminho, muitas dessas mulheres, rejeitando as condicionantes que lhes foram impostas, mas inspiradas pela trajetória de luta das que a antecederam,

conseguem, hoje, figurar entre as maiores empreendedoras do país, em seus respectivos ramos de atuação, ampliando pouco a pouco a lista de mulheres baianas, especialmente soteropolitanas, que encontraram no empreendedorismo uma nova “trilha”.

Por estas e por todas as razões já expostas até aqui, portanto, urge à historiografia moderna lançar um olhar crítico e de reconhecimento sobre a atuação destas mulheres, durante tanto tempo invisibilizadas, como meio de repararmos um erro antigo e devolver-lhes uma história que lhes fora negada. Mulheres que, no passado ou no presente, jamais deixaram de resistir, e merecem ser enaltecidas e reposicionadas no espaço ao qual fazem jus: de fazedoras da história, indispensáveis à sobrevivência, soerguimento e reinvenção dos milhares de homens e mulheres esquecidos pela história, mas que foram decisivos à construção e desenvolvimento deste país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. 1ª Edição. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen. 2019.

BATISTOTI, Aleida Fontoura. Trabalhadores de rua na Salvador do Século XIX: de quem estamos falando? Recife, 2019. ANPUH — Brasil. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564794390_ARQUIVO_artigoAleida FontouraBatistoti.pdf

BERNARDI, Luiz A. Manual do Empreendedorismo e Gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas – São Paulo: Atlas, 2003

BERTH, Joice. Empoderamento feminino. 1ª Edição. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen. 2019.

BRASIL. **Lei Complementar 123/2006**. Brasília: 2018. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm

BUARQUE, CRISTÓVAM. 10 dias de maio. Editora do Senado. Brasília, DF, 2014.

CAMPELLO. André Barreto. Manual Jurídico da Escravidão. 1ª Edição. Jundiaí – SP. Paco Editorial.

Carneiro Sueli (Org.) . Mulheres que fazem São Paulo: A força feminina na construção da metrópole. 1. ed. São Paulo: Celebris, 2004. 143p .

CARVALHO, JOSÉ MURILO. Cidadania no Brasil: um longo caminho. 2013.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, op. cit., p. 16

COTRIM, GILBERTO. *História do Brasil*. Editora Saraiva. 2018.

DAVIS. ANGELA. *Mulheres, Raça e Classe*; tradução: Heci Regina Candiani. 1ª Edição. São Paulo. Boitempo. 2106.

DEES, J. Gregory. *O significado de empreendedorismo social*. Stanford, CA: Universidade de Stanford, 1998

FAUSTO, BORIS. *História do Brasil*. 16ª Edição. 2014. Edusp

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*.

FILHO, Walter Fraga. *O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893*. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br › ojs › index.php › rhs › article › download>

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução: Sérgio Faraco. Porto Alegre. L&PM. 2016.

GOMES. Laurentino. *1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram Dom Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado*. Rio de Janeiro. Globo Livros. 2018.

JÚNIOR. CAIO MÁRIO. *História Econômica do Brasil*. 9ª Edição. Ed.São Paulo.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz & FILHO, Juvino Alves dos Santos. *O pós-abolição na Bahia: memória à construção da vida livre*. Scielo Books, 2007. Org: NASCIMENTO, AD., and HETKOWSKI, TM., orgs.

Memória e formação de professores [online]. Salvador: EDUFBA, 2007. 310 p. ISBN 978-85-232-0484-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-02.pdf>

MULHERES negras empreendedoras na cidade de Salvador. São Paulo. Geledés. 2011, 3p. Disponível em: <http://www.abntouvancouver.com.br/2017/10/como-referir-obras-de-autor.html>

NUNES, Antonietta d'Aguiar. História da Bahia Monárquica. 1ª Edição. Simões Filho – Bahia. Kalango. 2018.

PAIXÃO, Marcelo ; CARVANO, Luiz Marcelo ; ROSSETTO, Irene . Desigualdade racial e crise: indicadores de acesso ao mercado de trabalho metropolitano desagregados por cor ou raça em 2009. Versus : Revista de Ciências Sociais Aplicadas do CCJE/UFRJ (Impresso) , v. ano II, p. 72-84, 2010.

PAIXÃO, Marcelo ; ROSSETTO, Irene ; MONCORES, E. ; OLIVEIRA, D. . Legados da cor: mobilidade social segundo a condição de escolaridade de mães e filhos. Estudos & Análises , v. 2, p. 143-160, 2013.

PAIXÃO, Marcelo ; SANT'ANNA, Wânia . Desenvolvimento humano e população afrodescendente no Brasil: uma questão de raça. Revista Proposta (Rio de Janeiro), v. 73, n.XXV, p. 20-37, 1997.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: Notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. Estudos Feministas. Florianópolis, p. 949-964, setembro-dezembro, 2008. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24327811>. Acesso em: 05 jun. 2015.

POPINIGS, Fabiana. Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras":Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912012000200006

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala. 1ª Edição. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen. 2019.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras. 2018.

SANTOS, Jocélio Teles dos. O poder da Cultura e a cultura do Poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. 1ª Ed.Salvador. EDUFBA. 2005.

SOBRE A AUTORA

JANAÍNA MUNIZ DA SILVA

Mulher preta, advogada, historiadora, professora universitária e empreendedora. Pesquisadora e ativista nas áreas de Educação e Empreendedorismo feminino negro, defende a emancipação de mulheres negras pela Educação e mobilização coletiva. Contato: janaina.muniz@ufba.br.

ISBN 978-655376276-3



9

786553

762763